



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 01/10/2012 às 17h00
Matr.: 47263

MPV 571

00322

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|----------------------------------|
| Data 30/05/2012 | Medida Provisória nº 571 DE 2012 |
|--------------------|----------------------------------|

| | |
|---|------------------|
| Autor SENADOR WALDEMIR MOKA – PMDB - MS | Nº do Prontuário |
|---|------------------|

| | | | | |
|---------------|-----------------|-------------------|------------|------------------------|
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. X Modificativa | 4. Aditiva | 5. Substitutivo Global |
|---------------|-----------------|-------------------|------------|------------------------|

| | | | | |
|--------|--------------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo 1º | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|--------|--------------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 1º da Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 14

§ 2. Protocolada a documentação exigida para análise da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário ou possuidor rural não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, em razão da não formalização da área de Reserva Legal.

Justificação:

A presente emenda tem por objetivo, resgatar o texto originalmente aprovado no Senado Federal, que foi construído como resultado de um amplo acordo. Ao acrescentar a expressão “por qualquer órgão ambiental competente integrante do SISNAMA”, abriu-se uma brecha para que, por exemplo, o Ministério Público possa imputar sanção administrativa ao produtor rural, mesmo depois de protocolada a documentação exigida para análise da localização da Reserva Legal.

PARLAMENTAR

